

A REVOLUÇÃO PASSIVA DOS GOVERNOS LULA

*Carlos Alberto BELLO**

RESUMO: A partir de um conjunto de processos associados ao conceito gramsciano de revolução passiva, o artigo discute por que, para que, por quem, como e com que efetividade ela teria ocorrido sob os governos Lula (2003-2010). Diversos aspectos foram avaliados, tornando plausível a hipótese de que os governos Lula teriam desenvolvido os processos essenciais à plena realização de uma revolução passiva, sugerindo êxito em fortalecer a dominação burguesa no Brasil, ao menos até 2010. O quadro resultante parecia expressar uma combinação exitosa entre novas práticas junto às classes populares e manutenção das práticas neoliberais anteriores, no contexto de um crescimento econômico expressivo e do enfraquecimento das forças sociais potencialmente antagônicas, que não estariam obtendo apoios sociais muito relevantes.

PALAVRAS-CHAVE: Governos Lula. Revolução passiva. Neoliberalismo. Burguesia. Classes populares.

O conceito gramsciano de revolução passiva vem sendo utilizado por diversos autores para analisar as mudanças nos modos pelos quais a burguesia exerce sua dominação sobre as demais classes nas sociedades capitalistas. Ele será utilizado aqui a partir de diversas análises feitas por Gramsci nos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 1999); aplicado ao fascismo e à socialdemocracia nos países centrais, tem sido utilizado na América Latina e no Brasil¹. A discussão acerca dos processos que caracterizariam uma revolução passiva durante os governos Lula (2003-2010) será realizada através de um percurso que principia pelas suas causas, passa pelas

* Pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic/USP). UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo. São Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – carlosabello@uol.com.br

¹ Vide Coutinho (1999), Kanoussi e Mena (1985) e Vianna (2004).

condições necessárias à sua eclosão, pela discussão dos seus objetivos, pela análise de quem a dirigiu e de como ela se manifestou em mudanças de forte impacto social, avaliando então como ela teria atingido seus objetivos. Em suma, trata-se de discutir por que, para que, por quem, como e com que efetividade teria ocorrido uma revolução passiva sob os governos Lula.

Para Gramsci (1999), o início de uma revolução passiva consiste numa tentativa de solucionar uma situação de ampla crise nas dimensões socioeconômicas e político-ideológicas da vida social, buscando desenvolver novas maneiras de estabilizar as relações entre dominantes e dominados. Esse era o quadro pelo qual a sociedade brasileira vinha passando desde meados dos anos 1970 até 1994. A partir de então, os governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1994-2002) promoveram relevantes transformações nas mencionadas dimensões. Não cabe aqui analisar tais governos, cabendo salientar que a crise econômica iniciada em 1999 e outros episódios (como a privatização das telecomunicações) foram relevantes para a derrota de José Serra nas eleições de 2002, reabrindo a perspectiva de que novas medidas seriam necessárias para assegurar um amplo domínio da burguesia sobre a sociedade, como se verificou entre 1994 e 1999.

Como diversos processos, discutidos mais adiante, haviam reforçado o domínio da burguesia sobre a sociedade durante os governos FHC, não haveria a possibilidade de eclosão de uma nova etapa da revolução passiva, voltada a redefinir as relações entre as classes dominantes e dominadas no sentido de fortalecer o poder da burguesia? Este artigo postula a hipótese de que os governos Lula revelaram estas características. Cabe ressaltar que serão discutidos teoricamente processos sociais cuja fundamentação empírica não está sendo avaliada aqui, pois o objetivo é propor um quadro conceitual visando o mapeamento dos possíveis significados contidos nos processos sociais em curso. As seções seguintes utilizam vários aportes da teoria gramsciana associados ao conceito de revolução passiva para analisar os governos Lula.

Eleição de Lula e revolução passiva como programa

Um momento crucial para a análise dos governos Lula foi o período anterior às eleições de 2002. Na época, segmentos associados às classes dominantes haviam conseguido difundir intensamente as ideias neoliberais, a partir da capacidade de FHC articular em torno de si um amplo conjunto de forças, como Sallum (2003) e Oliveira (1998a) ressaltaram. A difusão dessas ideias também decorreu do maior poderio dos capitais financeirizados e internacionalizados, os principais beneficiados pelas transformações promovidas pelos governos FHC, as quais

também enfraqueceram as bases dos segmentos que se opunham a tais ideias – sindicatos e movimentos sociais. A força política desses capitais cresceu ainda mais com a crise financeira mundial iniciada em 1997, posto que esta aumentou o risco de uma desvalorização cambial, a qual desencadearia pressões inflacionárias². O governo FHC optou por ceder ao mercado quando este passou a exigir superávits fiscais primários para evitar um aumento ainda maior da dívida pública³.

Desde os anos 1980, a veiculação das ideias neoliberais avançou a ponto de conformar um quadro de amplo fracasso das ações produtivas, reguladoras e distributivas do Estado. Outras transformações impulsionaram a difusão dessas ideias, tais como o avanço de uma cultura consumista e individualista⁴ e do estímulo à diversidade de identidades culturais numa lógica fragmentada e não universalizável⁵, aprofundando a dicotomia entre o Estado autoritário e a sociedade civil virtuosa (COUTINHO, 2006). Depois da euforia consumista (baseada no real forte frente ao dólar e no crescimento da renda) desde 1999, passou a ser destacada a ideia de que a globalização impõe ajustes inevitáveis; a dificuldade de gerar empregos se deveria ao imperativo da modernização tecnológica para enfrentar a acirrada concorrência mundial. Se o Estado buscasse enfrentar o desemprego, investindo ou gastando, prejudicaria a competitividade, pois aumentaria os custos das empresas, o déficit público e a inflação. Cabe ressaltar que a grande receptividade às ideias neoliberais ocorreu no contexto de escasso debate democrático. Pontificaram os discursos de especialistas (sobretudo economistas), expressos numa linguagem tecnocrática pouco acessível aos cidadãos comuns, através de meios de comunicação que raramente disponibilizam posições contrárias aos interesses da burguesia.

A estratégia eleitoral de Lula expressou sua adaptação a esse quadro, haja vista que:

Não sem razão, o marqueteiro Duda Mendonça passou a ser considerado o responsável pela performance de Lula num quadro em que as relações políticas haviam sido rompidas e revelavam-se ineficazes. Mas porque o êxito do marqueteiro, onde seus equivalentes sucumbiram com seus clientes? Exatamente porque os outros marqueteiros procuravam ainda ‘qualidades’ em seus patrões,

² Com o aumento dos preços em reais das importações em dólar, os preços internos tendem a aumentar.

³ Seu crescimento incrementava o risco de ser tomada alguma atitude política (como uma moratória) que provocasse uma queda da rentabilidade ou da mobilidade dos capitais no país.

⁴ As mudanças tecnológicas e a diversificação de produtos, apoiadas em amplos esquemas publicitários, incentivam muito os cidadãos a se dedicarem à fruição. O avanço do individualismo, enquanto multiplicação de estilos e experiências de vida, é ressaltado por diversos estudiosos.

⁵ Tais identidades têm sido tematizadas em arenas públicas autônomas entre si, não parecendo estar ligadas a uma discussão sobre grandes questões nacionais como direitos sociais e desigualdades de condições de vida.

segundo códigos ainda de representatividade: Duda Mendonça resolveu ressaltar em Lula o que era inespecífico, vale dizer o **Lulinha, Paz e Amor**, procedendo à operação de des-petitizar o candidato. [...]. Tudo que ele havia declarado e representado antes já não tinha valor, e a campanha deveria ser livre, para prometer o céu, a terra e os peixinhos do mar. Numa versão diferente, era como repetir FHC quase uma década antes: ‘esqueçam tudo o que fui’. (OLIVEIRA, 2007a, p.262-263).

No contexto de crise econômica e política, cresceram os receios de que a candidatura Lula promoveria o caos, um consenso revelado pela alta do dólar. Lula opta por divulgar a Carta ao Povo Brasileiro (SILVA, 2002); comprometendo-se a honrar os contratos, sinalizava a manutenção da política macroeconômica do segundo governo FHC – combinação de juros elevados, superávit fiscal primário (excluindo juros da dívida pública) e taxa cambial flutuante – e não fazia proposições alternativas para a solução da crise.

Neste contexto, a composição do ministério do primeiro governo Lula, como disse Oliveira (2007b), parecia traduzir a interpretação de que a votação de Lula expressava a síntese da sociedade brasileira, nos seus mais variados setores, cabendo ao governo recompor o sistema político. Exemplo disso foi a presença de Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura vinculado ao agronegócio, Miguel Rosseto, ministro da Reforma Agrária próximo ao Movimento Sem Terra (MST), e Marina Silva, ministra do Meio-Ambiente vinculada ao movimento ambientalista, cuja convivência esteve sujeita a recorrentes tensões em torno da reforma agrária e do uso de transgênicos. A ideia de promover uma concertação social apareceu na criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social, rapidamente esvaziado politicamente.

A partir de 2003, o governo Lula deixa de se pautar somente pela tentativa de administrar a crise e acomodar os diversos interesses. O crescimento da demanda mundial por matérias-primas e bens semimanufaturados, combinado à desvalorização cambial decorrente da mencionada crise, promoveu um expressivo crescimento das exportações, logo da renda e do emprego internos, e estabilizou a taxa de câmbio. Este quadro produziu certo alívio na situação política, permitindo que fossem iniciadas as maiores inovações do governo Lula, o conjunto de medidas voltadas às classes populares. É possível que essas inovações tenham provido do surgimento de uma nova orientação do grupo dirigente situado em torno de Lula, partindo da avaliação de que ele dificilmente seria considerado o governante ideal pelas classes dominantes brasileiras, as quais lhe opuseram forte resistência durante as eleições de 2002, além de ter ciência de que o apoio dos trabalhadores organizados e movimentos sociais, segmentos mais afinados à

sua candidatura ao longo do tempo, já não havia sido suficiente para vencer essas eleições.

É claro que essa nova orientação – buscar uma sólida base eleitoral através de uma atuação voltada às classes populares – poderia desencadear oposição das classes dominantes e dos segmentos médios, o que pode ter colocado a questão: seria politicamente viável adotar medidas voltadas às classes populares sem fazer mudanças significativas nas políticas apoiadas pelas classes dominantes e sem fazer com que a limitação de medidas distributivas acarretasse perda de boa parte de suas bases tradicionais?

Considerando que esta orientação do governo Lula sugere continuidades e mudanças em relação aos governos FHC, é possível postular que ela poderia caracterizar o início de uma nova etapa de revolução passiva. Embora em 2002 a crise socioeconômica e político-ideológica não fosse tão intensa como o foi até 1994 não sendo, portanto, um momento típico para a eclosão de uma revolução passiva, havia um enfraquecimento do grupo político liderado por FHC. Além disso, como as classes dominantes não dispunham de outra candidatura capaz de se contrapor a Lula e ainda temiam a perspectiva de realização das propostas progressistas do ideário petista, pode-se dizer que o quadro indicava a necessidade de alguma reformulação nas formas de dominação burguesa, o que parece ter sido captado pelo governo Lula.

Entre as principais condições necessárias à eclosão de uma revolução passiva está a avaliação de que não haveria suficiente capacidade política para que essa reformulação significasse mais uma ruptura do que uma continuidade da dominação anterior. Nesse sentido, seguindo as pistas de De Felice (1978) e Bianchi (2006), o conceito de revolução passiva guarda nexos fundamentais com os dois princípios de ciência política expostos no prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política* de Marx (1977), os quais relacionam estrutura (âmbito socioeconômico) e superestrutura (âmbito político, jurídico e ideológico). Cabe salientar que Gramsci (1999) enuncia os dois princípios de modo diferente do texto de Marx (1977)⁶:

É necessário mover-se no âmbito de dois princípios; 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as **condições necessárias e suficientes**, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as **formas de vida** implícitas em suas relações. (GRAMSCI, 1999, v.3, p.36).

⁶ Gramsci, nesse mesmo momento, coloca o texto marxiano à margem do manuscrito que está escrevendo, como Bianchi (2006) e Badaloni (1978) ressaltam.

Substituindo respectivamente as expressões marxiana condições materiais da existência e forças produtivas pelas expressões condições necessárias e suficientes e formas de vida, Gramsci distancia-se do determinismo econômico, mas não deixa de articular estrutura e ação para o entendimento da dinâmica social, como será visto em seguida.

A hipótese de o governo Lula ter iniciado uma nova fase da revolução passiva pode ser analisada a partir do avanço das práticas neoliberais no mundo desde fins dos anos 1970, em grande medida resultado da redução acentuada da inflação e da retomada do crescimento econômico, resultados que não foram obtidos pelos partidos de caráter progressista (social-democratas ou socialistas) nesse período. De modo mais contundente, desde os anos 1990 vivia-se (até a crise de 2008) um contexto internacional de consolidação do neoliberalismo e da crise dos partidos, os quais não legaram experiências exitosas que propiciassem à candidatura e ao governo Lula sinalizarem alternativas para tratar da inflação ou da crise do aparelho estatal. Desse modo, o êxito de grupos políticos aparentados ao neoliberalismo, como o governo FHC obteve até 1998, sinalizava que também no Brasil o capitalismo de caráter neoliberal poderia, parafraseando Gramsci (1999, v.3, p.36), “desenvolver todas as formas de vida implícitas nas suas relações.”

Apesar dessas dificuldades, o governo Lula poderia ter capacidade política para encaminhar soluções para estes problemas, pois o Partido dos Trabalhadores (PT) havia construído uma reputação de partido comprometido com os anseios por mudanças sociais progressistas e o quadro de crise descortinava a possibilidade de se buscar realizar uma ruptura frente à orientação neoliberal. Assumindo aqui a hipótese de que suas ações não indicaram essa ruptura, cabe então analisar a situação a partir do primeiro princípio de ciência política exposto acima: o grupo político de Lula avaliou estar diante de um contexto no qual não havia amplas condições políticas favoráveis para uma ruptura, incluindo a correlação de forças desfavorável no plano nacional e internacional, de maneira que este grupo pode ter avaliado, novamente parafraseando Gramsci (1999, v.3, p.36), não haver “condições necessárias e suficientes” para propor uma solução antagônica ao neoliberalismo. Cabe considerar que a avaliação de “condições necessárias e suficientes” para uma ruptura tende a ser subjetiva e impressionista.

Portanto, o que se pode afirmar no caso brasileiro é que uma avaliação de escassa possibilidade de ruptura com o neoliberalismo era plausível, ou seja, se nutria de percepções razoáveis acerca da realidade de então. Partir dessas avaliações limitantes, mas sem deixar de se pautar uma orientação diferenciada frente aos governos de FHC, sugeria a hipótese de adotar a revolução passiva como programa.

Restauração e renovação da ordem capitalista

Para Gramsci (1999, v.1, p.393), a revolução passiva expressa:

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de **restaurações** que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de **restaurações progressistas** ou **revoluções-restaurações**, ou, ainda, **revoluções passivas**.

Portanto, uma revolução passiva implica sempre a presença de dois conjuntos de ações: um de restauração (uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação proveniente das classes populares) e outro de renovação (no qual algumas das demandas dessas classes são satisfeitas através de concessões das classes dominantes). O conjunto que expressa a restauração da ordem burguesa foi o eixo da atuação dos governos FHC. A partir do êxito no combate à inflação, Sallum (2003) e Oliveira (1998a) ressaltam a capacidade de o governo FHC articular em torno de si um amplo espectro de forças socioeconômicas e políticas permitindo-lhe implementar amplamente, medidas neoliberais como as privatizações e a abertura comercial e financeira com o exterior.

Embora os governos Lula tenham implantado medidas restauradoras específicas de menor impacto e abrangência (como a reforma da previdência do setor público e apoio aos segmentos exportadores e à concentração de capital de grupos nacionais), o fato de não terem alterado as políticas essenciais de FHC pode ser considerada como uma continuidade do conjunto de ações restauradoras, notadamente por reproduzir as condições que favorecem o domínio burguês sobre a sociedade. A especificidade dos governos Lula foi acoplar à continuidade desse conjunto de ações restauradoras uma série de medidas de renovação da ordem burguesa, caracterizadas por Gramsci (1999), no âmbito da discussão acerca da revolução passiva, como uma reação das classes dominantes às iniciativas dos dominados. Sua análise do fascismo parece ser aquela que melhor ilumina esta espécie de reação pois:

Ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, **teria sido**

acentuada a socialização e a cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. [...] Que um tal esquema possa traduzir-se em prática, e em que medida e em que formas, isto tem um valor relativo: o que importa, política e ideologicamente, é que ele pode ter, e tem realmente, a virtude de servir para criar um período de expectativas e de esperanças, notadamente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa de pequenos burgueses urbanos e rurais e, conseqüentemente, para manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais. (GRAMSCI, 1999, v.1, p.299, grifo nosso).

O processo mais relevante de renovação da ordem sob os governos Lula foi o expressivo conjunto de medidas voltadas às classes populares, pontificando o grande aumento dos beneficiários do programa Bolsa Família (programa criado no segundo governo FHC) e do salário mínimo, além do incremento dos créditos públicos e da difusão do crédito consignado. Aliadas à manutenção das baixas taxas de inflação e ao maior crescimento do emprego e da renda, tais medidas certamente “criaram um período de expectativas e de esperanças” (GRAMSCI, 1999, v.1, p.299) sendo decisivas para a reeleição de Lula em 2006.

A importância socioeconômica e político-ideológica dessas medidas que propiciaram aumento do consumo e da renda das classes populares tem sido ressaltada, especialmente devido ao seu forte impacto em cidades e bairros mais pobres. Essas transformações podem ter causado mais do que um mero aumento do consumo; podem ter significado uma mudança no horizonte de expectativas das pessoas beneficiadas, dada sua inédita abrangência social⁷, caracterizando uma importante renovação das relações com as classes populares. Embora não tenha havido propriamente o atendimento de “uma certa parte das exigências que vinham de baixo”, como disse Gramsci (1999, v.1, p.393), o uso do conceito de revolução passiva faz sentido porque a melhoria das condições de vida estava vinculada às propostas inseridas no ideário petista, mas não na forma limitada como foi realizada (recursos e beneficiários). Ainda mais importante é a avaliação de que essas medidas dos governos Lula contribuíram para enfraquecer a resistência das classes populares ao avanço da restauração do domínio burguês, o objetivo central de qualquer revolução passiva.

Esta análise pode ser objeto de críticas no sentido de considerar inadequado o uso do conceito de revolução passiva, baseadas em certa medida na avaliação deque os processos renovadores não só seriam muito relevantes como não visariam

⁷ Rego e Pinzani (2013) expressam uma visão bastante otimista desse ponto de vista.

facilitar o avanço da restauração da ordem, ou seja, da dominação do capital sobre o trabalho. No entanto, há diversos elementos que tornam plausível o uso do conceito. Em primeiro lugar, mesmo sendo socialmente muito abrangente (alcançou 12,4 milhões de famílias em 2009⁸), o programa Bolsa Família não contribui para reduzir o poder do capital frente ao trabalho, uma vez que as taxas de desemprego (incluindo o subemprego) são consideráveis⁹ e os recursos nele aplicados têm sido pouco relevantes para as finanças públicas, pois atingiram 0,41% do PIB em 2009, ou apenas 7,6% dos juros devidos pelo governo federal nesse ano¹⁰. Assim, a renovação ocorreu sem tocar na apropriação individual e grupal do lucro, nas palavras de Gramsci (1999).

Embora o salário mínimo tenha crescido expressivamente (64,9% entre abril de 2002 e janeiro de 2010¹¹), isto não pareceu ter propiciado substancial incremento na capacidade negociadora dos sindicatos. Apesar do maior número de categorias que obtiveram aumentos reais de salários nos últimos anos, a maioria destes situou-se pouco acima da reposição inflacionária, sem conseguir incorporar os ganhos de produtividade verificados na indústria na última década¹², quadro coerente com as consideráveis taxas de desemprego (incluindo o subemprego)¹³ e com o modesto aumento da participação dos salários na renda, os quais não recuperaram as perdas ocorridas sob os governos FHC.

Em segundo lugar, analisando a hipótese da revolução passiva sob o prisma político- ideológico, as medidas voltadas às classes populares podem ter facilitado o avanço da dominação do capital sobre o trabalho. Considerando que o capitalismo contemporâneo depende de regras para a produção e a apropriação de parcelas do excedente social, uma vez que a atuação do Estado é fundamental para a reprodução do capital e da força de trabalho (OLIVEIRA, 1998b), tais regras podem prever ou sinalizar perspectivas de maior ou menor participação dos trabalhadores na riqueza social. Podem inclusive constituir direitos, através

⁸ Conforme Soares e Satyro (2009).

⁹ Em julho de 2010, o desemprego pelo IBGE atingia 6,9% da população em atividade econômica em 6 regiões metropolitanas (RMs), conforme IBGE (2011). No mesmo mês, para 7 RMs, o DIEESE (2011) apontava uma taxa de 12,4%, incorporando o subemprego de modo mais intenso que o IBGE. Vide IBGE (2011) e DIEESE (2011).

¹⁰ Vide BANCO CENTRAL DO BRASIL (2009), e Soares e Satyro (2009). Foram gastos cerca de R\$ 12,4 bilhões frente a uma despesa de juros de R\$ 169,3 bilhões.

¹¹ Vide DIEESE (2011).

¹² Segundo IBGE (2011), entre 2001 e 2010, a produção industrial no Brasil acumulou alta de 26,4%, o volume de horas pagas mostrou crescimento bem menor (2,9%) e o Custo Unitário do Trabalho caiu -0,1%. Desta diferença entre o aumento da produção e das horas pagas, verifica-se que a produtividade física na indústria cresceu 22,8%.

¹³ Em julho de 2010, o desemprego pelo IBGE atingia 6,9% da população em atividade econômica em seis regiões metropolitanas (RMs); o DIEESE apontava uma taxa de 12,4% para seis RMs, incorporando o subemprego de modo mais intenso que o IBGE. Vide DIEESE (2011) e IBGE (2011).

de processos que expressam demandas de igualdade e justiça capazes de abranger conjuntos mais amplos de direitos, implicando perspectivas de melhoria nas condições de vida que podem apontar para reformas sociais do capitalismo ou até para o socialismo.

Esse modo de incorporação das classes populares à política é um processo que expressa, em termos gramscianos (GRAMSCI, 1999), a passagem dos interesses do plano econômico-corporativo (interesse imediato de parte dessas classes) para o plano político-econômico de classe (interesse de toda a classe) e daí para o plano ético-político (interesse geral), de modo que o avanço político dessas classes ocorreria simultaneamente, no último estágio, à constituição de propostas antagônicas frente às ações burguesas.

Sob esse enfoque teórico, os governos Lula, embora tenham propiciado melhoria das condições de vida das classes populares, não as incorporaram à política, por não terem institucionalizado regras em direitos que suscitassem perspectivas de novos direitos, o que poderia propiciar a passagem dos interesses para o plano ético-político.

Exemplos dessa ausência de institucionalização são a falta de legislação estabelecendo direito aos benefícios do programa Bolsa Família ou fixando os reajustes do salário mínimo (o que só ocorreu em 2011). A ausência de regras que coíbam a elevada rotatividade da mão de obra ou façam valer a ilegalidade da contratação sem carteira assinada são outros exemplos dignos de nota. Nesse sentido, mesmo as conquistas salariais de várias categorias expressam a permanência dos interesses no plano econômico-corporativo, não permitindo sequer a passagem ao plano político-econômico de classe devido à fragilidade dos sindicatos da maioria das categorias, quanto mais a passagem ao plano ético-político, no qual são elaboradas as propostas de hegemonia. Tampouco os interesses dos beneficiários do Bolsa Família tendem a chegar a este plano, pois participam da política apenas como eleitores, dada a ausência de programas que motivassem sua participação. Em suma, a ausência de processos que propiciassem a passagem dos interesses para o plano ético-político faria com que tais segmentos tivessem grande dificuldade para se contrapor às ações de caráter neoliberal.

Estado dirigente, modificações moleculares e protagonismo dos fatos

Para analisar os processos pelos quais a revolução passiva se efetiva na realidade social, é necessário salientar que eles vêm sendo dirigidos pelo Estado, o que também permite caracterizar os governos Lula como uma revolução passiva.

Gramsci, referindo-se ao papel do Piemonte¹⁴ no Risorgimento, afirma a incapacidade hegemônica dos núcleos de classe dirigente ao dizer:

Estes núcleos não queriam ‘dirigir’ ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. [...] Este fato é da maior importância para o conceito de ‘revolução passiva’, isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que o Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr a disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328-9).

A história brasileira dos últimos 50 anos parece indicar que um conjunto de ações voltado às classes populares dificilmente partiria de um grupo proveniente das classes dominantes; seria necessário um grupo que as dirigisse a partir do Estado, como ocorreu durante o período 1930-1964, considerado como um ciclo de revolução passiva pelas concessões feitas aos dominados (COUTINHO, 1999). Isto porque, desde a crise do pré-1964, os dominantes sempre abdicaram da busca pelo consenso, não fazendo concessões às classes populares por sentirem-se incapazes de controlá-las.

Entretanto, a hipótese de o grupo que dirige as classes dominantes provir das classes dominadas não era sequer cogitada por Gramsci nos momentos históricos por ele analisados. Embora não caiba aqui discutir detidamente a hipótese da hegemonia às avessas, a direção política por parte desse grupo faz sentido porque o conjunto de medidas voltadas às classes populares não resultou em significativo contraponto às medidas favoráveis à dominação capitalista reproduzidas pelos governos Lula, uma vez que são os dominantes – capitalistas e capital – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados com a condição de que a direção moral não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010).

Como o conceito de revolução passiva expressa a direção do Estado em prol das classes dominantes, o fato de o grupo dirigente provir dos dominados implica que seu grau de autonomia (característico dessa revolução) seria reduzido, sugerindo que os governos Lula seriam pressionados a manter as políticas herdadas de FHC e talvez até aprofundá-las ou ao menos diversificá-las, o que ocorreu através das iniciativas dando maior atenção aos exportadores e à concentração de capital de grupos nacionais, interesses pouco favorecidos pelos governos FHC. De todo modo, a desconfiança empresarial tenderia a permanecer, como se pode notar nesse

¹⁴ Região italiana, onde se localiza Turim, que comandou o processo de unificação italiana.

período, mas desde 2003 o crescimento econômico e o aumento de popularidade dos governos Lula propiciaram menor resistência do empresariado.

Analisar os processos pelos quais a revolução passiva se efetiva na realidade significa discutir as mudanças que ela produz, partindo do que Gramsci salienta: “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações.” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.317).

Embora não se possa falar em transformação molecular no sentido socioeconômico, enquanto profunda modificação na conformação das classes sociais na produção do excedente social, a importância político-ideológica das medidas que propiciaram aumento da renda das classes populares é inegável, especialmente devido ao seu forte e inédito impacto em regiões mais pobres, podendo até ter criado um novo horizonte de expectativas nos beneficiários. De todo modo, tratou-se de uma transformação que contribuiu para criar uma nova base eleitoral para os governos Lula, tornando-os menos dependentes das bases petistas (movimentos sindicais e sociais) e fortalecendo-os em regiões como Norte e Nordeste, onde os partidos progressistas sempre tiveram enormes dificuldades.

Desse modo, as bases petistas, já enfraquecidas pelas ações dos governos FHC, tornam-se politicamente menos relevantes, em função da ênfase dos governos Lula na redução da pobreza. O fato de aquelas medidas, ligadas ao crescimento econômico, também terem beneficiado essas bases, contribuiu para que elas reduzissem seu empenho em fazer reivindicações afeitas ao ideário petista, enfraquecendo-o, portanto.

Outra transformação que contribuiu para o enfraquecimento desse ideário remete à intensificação das parcerias entre Estado e ONG's, através do aumento dos gastos sociais e da interlocução com segmentos populares, impactando diversos movimentos sociais que vinham mantendo relações estreitas com as ONG's que as assessoravam na luta por direitos. É possível avaliar que, sob os governos Lula, os critérios de acesso a tais políticas não estavam sendo democraticamente pactuados do modo pleiteado por esses movimentos pois, de um lado, as experiências participativas¹⁵ parecem ter pouco influenciado a gestão estatal, de outro a ausência de garantia legal de acesso às classes populares dificultava a perspectiva de constituição de direitos – o Bolsa Família, como os demais programas, não foi instituído formalmente como direito de todos os cidadãos.

¹⁵ Como conferências locais e nacionais dedicadas a temas como assistência social, saúde, cidades e etc.

O encurtamento da perspectiva de constituição de direitos sugere um enfraquecimento do ideário petista, assim como a atuação de grande parte das ONGs na política social pois, mesmo se elas manifestaram posicionamentos críticos relevantes, a política em si mesma enfraquece política e ideologicamente o ideário petista que impulsionou os movimentos sociais em décadas anteriores. Entretanto, esta interpretação depende da continuidade desses processos ao longo do tempo; somente assim se tratará de transformações associadas a uma revolução passiva.

As transformações discutidas acima estão intensamente articuladas a um outro aspecto da revolução passiva salientado por Gramsci, o protagonismo dos fatos, assim expresso:

Sobre a revolução passiva. Protagonistas os ‘fatos’, por assim dizer, não os ‘homens individuais’. Como, sobre um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328).

Parece fazer pouco sentido falar em protagonismo dos fatos quando tratamos de governos liderados por um presidente como Lula, dotado de um considerável carisma. No entanto, esse próprio carisma deve ter facilitado que as ações desses governos que significavam um deslocamento frente ao ideário petista não aparecessem dessa maneira na sociedade, ao ajudar a viabilizar que certas medidas não fossem percebidas como decisões políticas que se distanciavam tanto das posições anteriores. A opacidade desse deslocamento seria acompanhada por justificativas de caráter conjuntural, como a inviabilidade de avançar na direção daquele ideário devido a exigências então incontornáveis, como o superávit fiscal e os elevados juros necessários para a preservação da estabilidade econômica. Outros elementos tidos como imprescindíveis na conjuntura seriam as alianças partidárias, que por um lado diminuem o poder do PT no governo, por outro levam o partido a buscar alianças que o afastam das suas bases tradicionais (movimentos sindicais e sociais). As ONGs podem ter avaliado como incontornável a necessidade de participação nas políticas públicas nas formas então implementadas, implicando atitudes menos críticas frente a tais políticas, processos que poderiam produzir algum afastamento frente aos movimentos sociais aos quais estavam articulados.

O protagonismo dos fatos e não das ações políticas assumidas como opções dentre outras opções válidas disponíveis, torna-se relevante e coaduna-se à revolução passiva porque a direção estatal teria, através das alegadas necessidades conjunturais incontornáveis, evitado discussões públicas sobre suas ações, facilitando as

transformações discutidas a pouco por tornar passivos os grupos sociais envolvidos na reconfiguração de suas forças políticas e ideológicas, favorecendo o afastamento desses governos frente ao ideário petista e aos movimentos sindicais e sociais a ele ligados, caracterizando o processo de modo a que “as forças oficiais [...] se modificam sem se dar conta, ou quase” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.328). Tais processos expressam uma transformação dos partidos, com o enfraquecimento do petismo e as mudanças nos posicionamentos das ONGs e dos movimentos sindicais e sociais frente ao ideário petista, no conjunto enfraquecendo as ações dos grupos subalternos, um dos principais objetivos da revolução passiva.

Absorção de parte da antítese e transformismo

Um dos mais importantes dentre os objetivos visados pelas modificações moleculares implantadas através do protagonismo dos fatos remete a outros aspectos essenciais à caracterização da revolução passiva para Gramsci, no âmbito das relações entre as duas classes fundamentais: o confronto entre a tese dos dominantes e antítese dos dominados e o transformismo de parte dos dominados que se acoplam aos dominantes. Quanto ao confronto entre a tese e a antítese, Gramsci (1999, v.5, p.318) afirma:

[...] nem Proudhon nem Mazzini compreenderam que cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus ‘recursos’ políticos e morais, e que só assim se consegue uma superação real. Dir-se-á que não compreenderam isso nem Gioberti nem os teóricos da revolução passiva e da **revolução-restauração**, mas a questão se modifica: neles, a **incompreensão** teórica era a expressão prática das necessidades da **tese** de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar **superar**, isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou revolução-restauração.

Como foi postulado ao longo deste artigo, os governos Lula implementaram a revolução passiva ao desenvolverem o conjunto de medidas voltadas às classes populares e, ao mesmo tempo, buscarem manter o consenso neoliberal herdado dos governos FHC quanto à política econômica e às relações entre capital e trabalho. Assim, apesar de expressarem uma continuidade de seus antecessores, destes poderiam se distinguir nitidamente, inclusive por desfrutar do carisma de Lula e da história petista.

Desse modo, os governos Lula, anteriormente portadores da antítese petista ao neoliberalismo – os anseios por mudanças sociais que alçaram a pobreza e a desigualdade ao primeiro plano da política –, não teriam tentado torná-la dominante; trataram de compatibilizar o neoliberalismo com parte desta antítese, através de concessões às classes populares que as enfraqueceram politicamente ao manter seus interesses no plano econômico-corporativo, tarefa viabilizada precisamente porque houve uma redução da desigualdade, mesmo que pequena, em meio a um ciclo de crescimento econômico.

Esta compatibilização, ao incorporar parte da antítese petista e empreender sínteses capazes de robustecer o neoliberalismo, permitiu aos governos Lula predominar sobre os anteriores portadores da tese neoliberal. Retomando Gramsci, as ações desse governo seriam “[...] a expressão prática das necessidades da **tese** de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar **superar** [...]” (GRAMSCI, 1999, v.5, p.318). Nesse sentido, o neoliberalismo estaria se fortalecendo ao enfraquecer a antítese petista, precisamente por incorporar parte dela e ao mesmo tempo ressignificá-la, ao deslocar a pobreza e a desigualdade do âmbito simbólico e cultural dos direitos – no sentido de seu acesso universal descortinar a expectativa de novos direitos, tematizando as desigualdades reproduzidas pelas relações entre capital e trabalho – e transferi-las para a esfera das carências, na qual seriam tratadas de modo técnico e focalizado.

A absorção de parte da antítese petista pela tese neoliberal está ligada a outro aspecto de uma revolução passiva, o transformismo, assim conceituado por Gramsci (1999, v.5, p.286):

O transformismo como uma das formas históricas daquilo que já foi observado sobre a **revolução-restauração** ou **revolução passiva** [...] Dois períodos de transformismo: 1) de 1860 até 1900, transformismo **molecular**, isto é, as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à **classe política** conservadora e moderada (caracterizada pela hostilidade a toda intervenção das massas populares na vida estatal, a toda reforma orgânica que substituísse o rígido **domínio** ditatorial por uma **hegemonia**); 2) a partir de 1900, o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado.

No caso dos governos Lula, há sinais de que houve o segundo tipo de transformismo, através das mudanças que as ações estatais causaram sobre um expressivo número de lideranças dos movimentos sindicais e sociais cujas posições estavam ligadas ao ideário petista. Cabe esclarecer, entretanto, que o

conceito gramsciano de transformismo pode contemplar a conjunção de dois aspectos distintos, que podem ser articulados, associados a esse tipo de conduta – a incorporação à lógica do poder por um lado, o apoio político-ideológico a aspectos problemáticos dos governos Lula frente às posições anteriores dessas lideranças por outro, nesse caso a concordância com práticas neoliberais como a manutenção de aspectos centrais do modo de dominação (as relações capital-trabalho e capital-sociedade). A incorporação ao poder ficou evidenciada para parte dessas lideranças que passaram a ocupar posições no Estado e/ou nas suas empresas.

Os apoios que não estiveram essencialmente articulados à inserção na lógica do poder podem ter sido relevantes, talvez resultantes de avaliações pautadas pelo enfraquecimento socioeconômico e político-ideológico dos movimentos sindicais e sociais frente às intensas pressões das poderosas burguesias, aliadas a variados graus de convencimento acerca dos méritos do governo. Nesse sentido, é possível supor que o quadro de enfraquecimento desses movimentos tenha contribuído para um grande rebaixamento das expectativas das lideranças e das bases desses segmentos sociais, de modo que a obtenção de benefícios que não significassem uma acentuada redução da desigualdade social poderia estar sendo avaliada como expressão de um intenso comprometimento para com as questões sociais.

Em termos analíticos, o transformismo pode ter assumido três sentidos, não mutuamente exclusivos: apoio baseado nos interesses das lideranças, fundado no compartilhamento da visão político-ideológica do governo ou fruto da descrença em obter algo muito diferente. Dessa maneira, não se trata de interpretar o transformismo como adesão fisiológica, uma vez que complexos processos socioeconômicos e político-ideológicos provocaram mudanças que não exprimem simples renúncia a posições assumidas anteriormente. De todo modo, ele seria um dos elementos centrais da revolução passiva, por ter contribuído para debilitar as articulações que haviam se constituído em torno dos anseios por mudanças sociais progressistas, o ideário petista que impulsionou as candidaturas de Lula desde os anos 1980.

Considerações finais

Pode-se concluir que há diversos aspectos que tornam plausível a hipótese de que os governos Lula teriam desenvolvido os processos essenciais à plena realização de uma revolução passiva, sugerindo êxito em fortalecer a dominação burguesa no Brasil, ao menos até seu término (2010). O quadro resultante parecia então expressar uma combinação exitosa entre novas práticas junto às classes populares e manutenção das práticas neoliberais anteriores, no contexto de um crescimento

econômico expressivo e do enfraquecimento das forças sociais potencialmente antagônicas, na medida em que elas não estavam obtendo apoios sociais muito relevantes.

Fazendo um breve comentário sobre o governo Dilma, as significativas manifestações de rua de junho de 2013 podem estar sinalizando a necessidade de medidas renovadoras, no contexto de uma situação socioeconômica menos favorável, lembrando que não houve plena superação da crise econômica mundial iniciada em 2008. Se as manifestações tiverem consequências políticas relevantes, é possível que esteja surgindo alguma antítese político-ideológica consistente à dominação burguesa no Brasil.

THE PASSIVE REVOLUTION OF LULA'S GOVERNMENTS

ABSTRACT: *From a set of processes associated to Gramsci's concept of passive revolution, this article discusses why, for what, by whom, how and with which effectiveness it would have occurred under Lula's governments. Several aspects have been evaluated, turning plausible the hypothesis that Lula's governments would have developed essential processes to the full achievement of a passive revolution, suggesting success in strengthening bourgeois domination in Brazil, at least until 2010. The resulting frame seemed to express a successful combination between new practices toward popular classes and maintenance of previous neoliberal practices, in the context of an expressive economic growth and of weakness of the social forces potentially antagonistic, which don't seem to be obtaining very expressive social support.*

KEYWORDS: *Lula's governments. Passive revolution. Neoliberalism. Bourgeoisie. Popular classes.*

REFERÊNCIAS

BADALONI, N. Liberdade individual e homem coletivo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.189-257.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório anual 2009. **Boletim do Banco Central do Brasil**, Brasília, v.45, p.1-237, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/rel2009p.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2010.

BIANCHI, A. Revolução passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, Rio de Janeiro, n.23, p.34-58, 2006.

COUTINHO, C. N. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DE FELICE, F. Revolução passiva, fascismo e americanismo em Gramsci. In: INSTITUTO GRAMSCI. **Política e história em Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.189-257.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. [DIEESE]. **Anuário dos trabalhadores**: 2010-2011. 11.ed. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anuario/AnuTrab2010/Arquivos/apresentacao.html>>. Acesso em: 15 maio 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v.1-6.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, v.70, p.1-578, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2010.pdf>. Acesso em: 15 maio 2011.

KANOUSI, D.; MENA, J. **La revolución pasiva**: una lectura de los cuadernos de la cárcel. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

MARX, K. Prefácio. In: _____. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 23-27.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p.23-29.

_____. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a. p.15-49.

_____. O momento Lenin. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b. p.257-289.

_____. A quase hegemonia. In: _____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998a. p.159-162.

_____. O surgimento do antivalor. In: _____. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998b. p.19-49.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do bolsa família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Ed. da UNESP, 2013.

SALLUM, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.4, p.35-55, jun. 2003.

SILVA, L. I. L. da. **Carta ao povo brasileiro**. São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.lula.org.br/obras/documentos.asp>>. Acesso em: 15 maio 2011.

SOARES, S.; SATYRO, N. **O programa Bolsa-Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão; 1424).

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: _____. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p.12-27.

Recebido em 13/10/2014.

Aprovado em 18/05/2015.

